

# COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## PROJETO DE LEI Nº 24, DE 2007

*Dispõe sobre a responsabilidade das empresas pela lavagem dos uniformes usados por seus empregados.*

**Autor:** Deputado Dr. ROSINHA

**Relator:** Deputado EDUARDO VALVERDE

### I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei que imputa às empresas que utilizam produtos nocivos à saúde dos trabalhadores e ao meio ambiente a responsabilidade pela lavagem dos uniformes de seus respectivos empregados.

A proposta define o que são produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente, permite que a lavagem seja feita diretamente pela empresa ou mediante a contratação de terceiros e prevê que as despesas para execução da lei ficarão a cargo do empregador.

Em tramitação preliminar pela Comissão de Seguridade Social e Família, a proposta foi aprovada com duas emendas. A primeira responsabiliza a empresa apenas pela lavagem e guarda dos uniformes dos empregados que manipulem os produtos nocivos. A segunda fixa expressamente o valor de multa pelo descumprimento da lei.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

A proposta em epígrafe mostra-se bastante oportuna. Os cuidados com a preservação da saúde dos empregados e, também, com a preservação do meio ambiente são, a nosso ver, indissociáveis da figura do empregador.

Nesse contexto, a execução de um trabalho em contato com substâncias nocivas caracteriza um risco potencial ao trabalhador, na medida em que o seu uniforme pode vir a ser impregnado por elas. E mais. Como bem levantado na justificção da proposta, em sendo esse uniforme lavado em sua residência, o risco presumido ultrapassa a figura do empregado, podendo atingir, igualmente, a sua família e, dependendo da substância, a vizinhança.

Por outro lado, a questão deve ser apreciada com responsabilidade, de forma a não onerar indevidamente o empregador. Assim, não faz sentido que, pelo simples fato de a empresa trabalhar com substâncias nocivas, ela esteja obrigada pela lavagem dos uniformes de **todos** os empregados. A obrigação, portanto, deverá restringir-se à lavagem dos uniformes daqueles empregados que, efetivamente, trabalhem em contato direto com a substância nociva.

Devemos ressaltar que a proposta se refere aos uniformes dos empregados, e não aos equipamentos de proteção individual, os EPI, que são coisas distintas.

O EPI, nos termos do art. 166 da Consolidação das Leis do Trabalho, é de fornecimento obrigatório e gratuito pela empresa *“sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados”*. A sua regulamentação de forma mais pormenorizada é feita pela Norma Regulamentadora nº 6 – NR 6, que é editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e de cumprimento

forçoso pelos empregadores, a qual prevê, na alínea “f” do item 6.6.1, ser de responsabilidade do empregador quanto ao EPI:

*“responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica;”*

Além disso, o item 6.10 da mesma NR determina que:

*“6.10 – Restauração, lavagem e higienização de EPI*

*6.10.1 – Os EPI passíveis de restauração, lavagem e higienização serão definidos pela comissão tripartite constituída na forma do disposto no item 6.4.1 desta NR, devendo manter as características de proteção original.”*

Com isso fica demonstrado já ser competência do empregador a lavagem dos EPI.

Ocorre que a proposição em análise não se refere, necessariamente, a esses equipamentos, mas, tão-somente, aos uniformes de uso diário, que podem ser usados independentemente dos EPI. Essas peças de roupa, apesar de sujeitas ao contato com substâncias nocivas, não estarão abrangidas pela NR 6 se não constituírem elementos de proteção do trabalhador.

Esse aspecto é que justifica a aprovação da proposta, uma vez que o seu teor não se encontra amparado em legislação vigente.

Como já tivemos oportunidade de fazer referência anteriormente, para que a proposta não ultrapasse os limites do que é justo, o seu art. 1º deve ser modificado para restringir a obrigatoriedade de lavagem aos uniformes dos empregados que tenham contato direto com os elementos nocivos. Da forma como está redigido no projeto original, a empresa teria que lavar todos os uniformes de seus empregados, tenham eles contato com o produto nocivo ou não. Nesse sentido, a primeira emenda aprovada pela Comissão de Seguridade Social e Família atende a esse objetivo, ao restringir “a lavagem e a guarda dos uniformes dos empregados que manipulem produtos nocivos à saúde ou ao meio ambiente”.

Também mostra-se apropriada a segunda emenda aprovada por aquela Comissão, que enumera a penalidade a que estará sujeito o empregador que descumprir a lei. Como bem justificado, a sanção imposta deve constar do texto da lei, e não do decreto regulamentador.

Diante dos argumentos que foram expostos, manifestamo-nos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 24, de 2007, bem como das duas emendas aprovadas pela Comissão de Seguridade Social e Família.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2007.

Deputado EDUARDO VALVERDE  
Relator